CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ N° 23.844.275/0001-07
NIRE N° 42.300.048.429
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Fotovoltaica Assú V S.A. ("Assú V" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Fotovoltaica Assú V (Parque Eólico ou Usina), com potência instalada de 34,0 MWp e capacidade comercial de 9,2 MW médio, em operação comercial desde dezembro de 2017. A Usina está localizada no município de Assú (RN).

Assú V não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Assú V pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda, uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energia, uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta de Assú V alcançou 74,5 GWh, superior em 3,9% a geração verificada em 2020, que foi de 71,7 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 99,0%, 0,5 p.p. inferior ao verificado em 2020, que foi de 99,5%.

5. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	31.12.2021	31.12.2020	Variação %
Receita operacional líquida	26.496	24.145	9,7
Lucro bruto	8.945	13.130	(31,9)
Margem bruta	33,8%	54,4%	(20,6 p.p.)
Resultado do serviço (EBIT)	8.793	13.127	(33,0)
EBITDA (Lajida)	17.443	21.297	(18,1)
Margem EBITDA (Lajida)	65,8%	88,2%	(22,4 p.p.)
Resultado financeiro	(11.103)	(5.220)	112,7
Resultado do exercício	(2.310)	7.907	(129,2)

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

Receita operacional líquida: o aumento decorreu, substancialmente, da atualização monetária dos contratos de energia.

Lucro bruto, resultado do serviço e Ebitda: a redução ocorreu, substancialmente, devido ao aumento da compra de energia no período.

Resultado financeiro: incremento das despesas financeiras em decorrência, sobretudo dos juros e variação monetária sobre o financiamento.

Lucro líquido do exercício: aumento motivado pelos efeitos anteriormente citados.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Agradecimentos

A Administração de Assú V agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021.

A Administração

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ N° 23.844.275/0001-07 | NIRE N° 42.300.048.429
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.509	16.661
Contas a receber de clientes	5	2.770	2.534
Créditos fiscais a recuperar		1.000	29
Outros ativos circulantes		696	444
		25.975	**19.668**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	3.845	3.731
Outros ativos não circulantes		2	2
		3.847	**3.733**
Imobilizado	**7**	**202.938**	**205.420**
Intangível		**360**	**373**
Direito de uso de arrendamentos	**11**	**3.373**	**3.701**
		210.518	**213.227**
TOTAL		**236.493**	**232.895**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ N° 23.844.275/0001-07 | NIRE N° 42.300.048.429
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	6.524	2.195
Dividendos	12	-	1.878
Financiamento	10	2.893	2.954
Arrendamentos a pagar	11	431	448
Ressarcimentos às distribuidoras	13	2.762	2.374
Outros passivos circulantes		84	403
		12.694	**10.252**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	86.932	83.951
Arrendamentos a pagar	11	3.312	3.498
Provisão para desmobilização	7	3.652	2.981
		93.896	**90.430**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**		
Capital social		125.848	125.848
Reservas de lucros		4.055	6.365
		129.903	**132.213**
TOTAL		**236.493**	**232.895**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ N° 23.844.275/0001-07 | NIRE N° 42.300.048.429
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**13**	**26.496**	**24.145**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7	(8.650)	(8.170)
Energia elétrica comprada		(4.307)	(39)
Materiais e serviços de terceiros		(2.823)	(1.538)
Pessoal		(830)	(478)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(289)	(170)
Outros		(652)	(620)
		(17.551)	**(11.015)**
LUCRO BRUTO		**8.945**	**13.130**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(152)	(3)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**8.793**	**13.127**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		712	512
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(10.583)	(4.991)
Juros sobre arrendamentos a pagar	11	(376)	(355)
Outras despesas financeiras, líquidas		(856)	(386)
		(11.103)	**(5.220)**
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(2.310)**	**7.907**
(PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,01835**	**0,06282**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(2.310)**	**7.907**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(2.310)**	**7.907**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ N° 23.844.275/0001-07 | NIRE N° 42.300.048.429
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		**125.848**	**336**	**3.684**	**-**	**129.868**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.907	7.907
Dividendos intermediários		-	-	(3.684)	-	(3.684)
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	396	-	(396)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.878)	(1.878)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	5.633	(5.633)	-
Saldos em 31.12.2020	**12**	**125.848**	**732**	**5.633**	**-**	**132.213**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.310)	(2.310)
Absorção de prejuízo		-	-	(2.310)	2.310	-
Saldos em 31.12.2021	**12**	**125.848**	**732**	**3.323**	**-**	**129.903**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ N° 23.844.275/0001-07 | NIRE N° 42.300.048.429
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(2.310)**	**7.907**
Conciliação do resultado antes dos tributos		
Depreciação e amortização	8.650	8.170
Juros e variação monetária sobre financiamento	10.583	4.991
Juros sobre arrendamentos a pagar	376	355
Outros	220	(22)
Lucro ajustado	**17.519**	**21.401**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(236)	(91)
Outros ativos	(1.208)	224
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	3.946	28
Ressarcimentos às distribuidoras	388	(1.063)
Outros passivos	(333)	59
Caixa gerado pelas operações	**20.076**	**20.558**
Pagamento de juros sobre financiamentos	(7.663)	(2.587)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**12.413**	**17.971**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(5.283)	(12.761)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(5.283)**	**(12.761)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamentos	(416)	(396)
Dividendos pagos	(1.878)	(3.684)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	12	4
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(2.282)**	**(4.076)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**4.848**	**1.134**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	16.661	15.527
Saldo final	21.509	16.661
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**4.848**	**1.134**
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Remensuração e adoção inicial - CPC 06	(163)	654
Fornecedores de imobilizado e de intangível	(383)	(10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Fotovoltáica Assú V S.A. (Assú V ou Companhia), constituída em 20.11.2015, é uma sociedade de propósito específico, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio da implantação e exploração da Usina Fotovoltaica Assú V (Usina), bem como a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrente de suas atividades e constituir ou deter participação em consórcios para consecução do seu objeto social. A Companhia foi inicialmente constituída como Sociedade Limitada, tendo tido sua natureza jurídica alterada para Sociedade Anônima em 01.01.2019.

A Usina iniciou sua operação comercial em 23.12.2017, está localizada no município de Assú (RN) e possui potência instalada de 34,0 MWp e capacidade comercial de 9,2 MW médios. A vigência de sua autorização é até junho de 2051.

A Companhia não tem colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE Brasil Energia).

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2020 e 2021, em virtude de a Companhia ainda não desenvolver atividades operacionais, esta não apurou impactos em suas demonstrações contábeis decorrentes da pandemia.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 07.03.2022.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, no período em que o imobilizado estava em construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados, quando aplicável. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

h) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

i) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado e da taxa incremental de arrendamentos.

k) Novas normas, alterações e interpretações

A partir de 01.01.2021, estão vigentes as seguintes revisões dos pronunciamentos: (i) Revisão n° 17/2020; e (ii) Revisão n° 18/2021. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

l) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estará vigente a Revisão n° 19/2021 e, a partir de 01.01.2023, o CPC 50 - Contratos de Seguro, o qual não é aplicável à Companhia. A adoção das alterações de normas não foi adotada antecipadamente pela Companhia e não são esperados efeitos em suas demonstrações contábeis

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	2.797	139
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	18.712	16.522
	21.509	**16.661**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2021, o saldo de R$ 2.770 (R$ 2.534 em 31.12.2020) corresponde, substancialmente, a comercialização de 9,2 MW médios no Leilão de Energia de Reserva promovido pela Aneel, ao valor de R$ 417,57/MWh, reajustado anualmente pelo IPCA, pelo prazo de 20 anos, cujo início do fornecimento ocorreu em 01.11.2018.

Em 31.12.2021 e 31.12.2020 não havia valores a receber vencidos.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R$ 3.845 (R$ 3.731 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e são constituídas, em sua maioria, pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e às despesas contratuais de operação e de manutenção para a usina que contrata serviços de terceiros para a execução dessas atividades.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2021			31.12.2020
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,6%	226.246	(31.191)	195.055	184.939
Edificações e benfeitorias	3,5%	8.782	(1.199)	7.583	7.890
Móveis e utensílios	6,3%	32	(4)	28	23
		235.060	**(32.394)**	**202.666**	**192.852**
Em curso		**272**	**-**	**272**	**12.568**
		235.332	**(32.394)**	**202.938**	**205.420**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	**188.679**	**8.196**	**23**	**792**	**197.690**
Ingressos	-	-	-	12.771	12.771
Ingresso - provisão para desmobilização	-	-	-	2.981	2.981
Transferências	3.974	-	2	(3.976)	-
Depreciação	(7.714)	(306)	(2)	-	(8.022)
Saldos em 31.12.2020	**184.939**	**7.890**	**23**	**12.568**	**205.420**
Ingressos	-	-	-	5.666	5.666
Ingresso - provisão para desmobilização	-	-	-	327	327
Transferências	18.281	-	8	(18.289)	-
Depreciação	(8.165)	(307)	(3)	-	(8.475)
Saldos em 31.12.2021	**195.055**	**7.583**	**28**	**272**	**202.938**

b.1) Ingresso – Provisão para desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de sua Usina, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos de autorização.

		31.12.2021			31.12.2020
Taxa de desconto	Período de amortização	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
3,61%	2051	3.307	(67)	3.240	2.981

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é baseada nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

d) Autorização do Órgão Regulador

Em 23.12.2017, a Aneel autorizou a entrada em operação comercial da Usina. A transferência dos ativos o para imobilizado em serviço ocorreu em janeiro de 2018, após a conclusão da totalidade da obra.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de energia	3.190	-
Fornecedores de imobilizado	2.494	2.111
Fornecedores de materiais e serviços	802	65
Encargos de uso da rede elétrica	38	19
	6.524	**2.195**

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2021 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação 2021	Cenário Provável 2022	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%(*)	Administração
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nãos índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido de nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2021	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
IPCA	89.825	2.261	573	351

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	89.825	86.905
(-) Depósitos vinculados	(3.845)	(3.731)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(21.509)	(16.661)
Dívida líquida	**64.471**	**66.513**
Patrimônio líquido	**129.903**	**132.213**
Dívida líquida / Patrimônio líquido	**0,5**	**0,5**

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	6.524	-	-	-	6.524
Financiamento	8.098	21.522	22.214	95.578	147.412
	14.622	**21.522**	**22.214**	**95.578**	**153.936**

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	18.712	16.522
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.797	139
Contas a receber de clientes	2.770	2.534
Depósitos vinculados	3.845	3.731
	28.124	**22.926**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	6.524	2.195
Ressarcimento às distribuidoras	2.762	2.374
Financiamento	89.825	86.905
	99.111	**91.474**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**578**	**83.923**	**84.501**
Juros e variação monetária	4.991	-	4.991
Transferências	(28)	28	-
Amortização de juros	(2.587)	-	(2.587)
Saldos em 31.12.2020	**2.954**	**83.951**	**86.905**
Juros e variação monetária	10.583	-	10.583
Transferências	(2.981)	2.981	-
Amortização de juros	(7.663)	-	(7.663)
Saldos em 31.12.2021	**2.893**	**86.932**	**89.825**

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	Valor
2023	2.400
2024	5.798
2025	5.798
2026	5.798
2027	5.798
2028 a 2032	28.992
2033 a 2037	28.992
2038 em diante	3.356
	86.932

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento			
	Encargos	Vencimento	Principal	Encargos	Saldo em 31.12.2021
BNB	IPCA + 1,7624%	07.2038	Mensais, a partir de 08.2023	Mensais	89.825

d) Garantias

As garantias são: (a) penhor de direitos e créditos emergentes da concessão e de direitos creditórios dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (b) constituição de Conta Reserva de Operação e Manutenção, em valor equivalente a 25% do valor anual das despesas com O&M; (c) Cessão Fiduciária de Conta-Reserva; (d) conta reserva em valor mínimo equivalente a 4,09% do saldo devedor total do financiamento; (e) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (f) fiança corporativa da Companhia; e (g) Contrato de Suporte de Acionistas celebrado com a Companhia.

e) Compromissos contratuais (*covenants*)

Os compromissos financeiros estabelecidos no contrato de financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

Em 01.01.2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2). Em sua análise, a Companhia identificou o contrato de arrendamento do terreno no qual está instalada a sua central fotovoltaica, cuja vigência é até 2043.

a) Direito de uso de arrendamentos

Saldos em 31.12.2019	**3.195**
Remensuração	654
Depreciação	(148)
Saldos em 31.12.2020	**3.701**
Remensuração	(163)
Depreciação	(165)
Saldo em 31.12.2021	**3.373**

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	379	2.954	3.333
Remensuração	71	583	654
Juros	355	-	355
Transferência	39	(39)	-
Amortizações	(396)	-	(396)
Saldos em 31.12.2020	**448**	**3.498**	**3.946**
Remensuração	(17)	(146)	(163)
Juros	376	-	376
Transferência	40	(40)	-
Amortizações	(416)	-	(416)
Saldo em 31.12.2021	**431**	**3.312**	**3.743**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,36% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	359
2024	325
2025	295
2026	267
2027	242
2028 a 2032	909
2033 a 2037	555
2038 em diante	360
	3.312

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2021 e 31.12.2020, era de R$ 125.848, representado por 125.848.202 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 125.848.201 pertencentes à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e 1 é de propriedade da ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva legal	732	732
Reserva de retenção de lucros	3.323	5.633
	4.055	**6.365**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2021, o valor de R$ 2.310 foi utilizado para absorver o prejuízo do exercício de 31.12.2021.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	28.912	26.592
Transações no mercado de curto prazo	285	14
	29.197	**26.606**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(2.701)	(2.461)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**26.496**	**24.145**

As receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas, em 2021 e 2020, pelo reconhecimento de (R$ 352) e R$ 965, líquidos de PIS e Cofins, respectivamente, relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", no passivo circulante.

NOTA 14 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, com início em 01.01.2019 e prazo de duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC).

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para o uso do sistema de distribuição e da rede básica, a Companhia mantém contrato com a COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte. O contrato tem vigência até o 31.10.2038. Em 31.12.2021, o valor da obrigação futura proveniente deste contrato totalizava R$ 2.816 (R$ 2.093 em 31.12.2020).

b) Contrato de Conexão

A Companhia mantém contrato de conexão às instalações de transmissão com empresa CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco. O contrato tem vigência até o 31.10.2038. Em 31.12.2021, o valor da obrigação futura proveniente deste contrato totalizava R$ 2.502 (R$ 1.934 em 31.12.2020).

c) Venda de energia

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo, firmados em decorrência do Leilão de Energia de Reserva promovido pela Aneel, de 01 de novembro de 2018, pelo prazo de 20 anos. O compromisso de venda futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2021, é de R$ 556.703 (R$ 483.169 em 31.12.2020).

NOTA 16 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) do programa de seguros do Grupo ENGIE. A vigência do seguro é até 31.05.2022 e o valor de cobertura é de R$ 177.814 relativa a danos materiais e R$ 59.265 relativa a lucros cessantes.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Central Fotovoltáica Assú V S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Sergio Roberto Maes
Direto Técnico-Operacional

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0